

DIREITOS HUMANOS, INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E(M) SAÚDE: UM DIÁLOGO POSSÍVEL NA FORMAÇÃO E PRÁTICAS DE SAÚDE NO CONTEXTO DO SUS EM ALAGOAS

Telma Low Silva Junqueira , Julia Mariana Santos Solano, Stephanie de Lima Cavalcante

Este trabalho visa tecer um diálogo entre educação e(m) saúde e marcadores sociais no contexto da formação universitária em saúde de Maceió/AL, visando compreender como cursos e serviços de saúde têm pautado e construído a dimensão da interseccionalidade de gênero, raça/cor/etnia, geração, sexualidade e classe no que se refere à assistência e gestão em saúde no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Justifica, portanto, nossa escolha em apresentá-lo no GT Juventude, Educação e Questões Geracionais no intuito de tecermos redes de conhecimentos e parcerias que nos ajudem a situar e articular com outras experiências/pesquisas essas questões. Centramos o debate na apresentação de alguns resultados de uma pesquisa de cunho qualitativo em andamento, intitulada “Gênero, educação e saúde: análises a partir do cotidiano de um hospital-escola”, situado no estado de Alagoas. Propomo-nos a analisar como gestoras/es, preceptoras/es, docentes e estudantes vinculadas/os a um setor de um hospital-escola produzem sentidos sobre gênero e violência contra as mulheres (VCM) em suas respectivas funções, formações e processos de trabalho. Como marco teórico utilizamos a perspectiva feminista de gênero em interface com as Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, que tem nos proporcionado re-pensar os desafios contemporâneos que envolvem a construção articulada de políticas públicas de educação e saúde que garantam a promoção dos Direitos Humanos (DH) de modo interseccionado. Para tanto, temos nos inserido no cotidiano de um hospital-escola vinculado ao SUS, mais especificamente em um dos setores que mais têm mulheres como acompanhantes. O desenho metodológico engloba: a) Apresentação da pesquisa ao hospital-escola e submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa; b) Articulação com docentes, preceptoras/es, estudantes e gestoras/es vinculadas/os ao setor escolhido; c) Formação em gênero e Práticas Discursivas; d) Conversas no cotidiano do setor e registros em diários de campo; e) Leitura conjunta e dialogada dos diários, focando nos sentidos e afetos produzidos nas vivências; f) Realização de entrevistas semiestruturadas; g) Transcrição e análise das entrevistas; h) Facilitação de 01 roda de conversa com as pessoas participantes – etapa a ser realizada. Os resultados seguem em construção e atualmente estamos no processo de transcrição e análise das entrevistas. Nossa análise parcial é resultante dos 51 diários de bordo escritos até o presente momento, assim como das reflexões trazidas pelas leituras/estudos/discussões no grupo de pesquisadoras/es. As impressões gerais referentes à aproximação com o cotidiano do setor apontam que, ao explicarmos o tema central da pesquisa, era comum que as/os profissionais o desvinculassem do cotidiano do setor, situando o tema de VCM em outras áreas do hospital-escola consideradas feminilizadas, por terem só mulheres como população usuária. Quando o tema era associado ao cotidiano do serviço, foi frequente que dissessem que os relatos/experiências de VCM não existiam e/ou eram poucas e encaminhadas para o serviço social e/ou psicologia, indicando que situações sobre VCM deveriam ser “tratadas” por áreas de conhecimento específicas. A equipe também parecia não ter proximidade com o conceito de gênero, enquanto categoria analítica e articulada às questões de poder, confundindo-o com sexualidade. Embora o tema aparecesse quando compartilhavam experiências pessoais sobre suas dinâmicas familiares e afetivo-sexual-conjugal, por exemplo. No eixo voltado para a docência, a dificuldade para estabelecer contato resultou em uma mudança no percurso metodológico inicialmente pensado. De modo que foi necessária a busca por docentes nos blocos dos cursos de saúde da universidade a qual o hospital-escola está vinculado, o que acabou ampliando o campo deste eixo ao ambulatório, também situado no hospital-escola. A partir de então, foi possível a realização de conversas no cotidiano com 03 mulheres docentes, dentre as quais 02 foram entrevistadas — 01 de medicina e 01 de enfermagem. As experiências nos diários de campo são referentes ao acompanhamento de aulas práticas no contexto dos setores e supervisão das docentes participantes da pesquisa, especificamente em consultas que também envolviam o atendimento e promoção da saúde de mulheres e crianças, contando com a presença de residentes e alunas/os de diferentes períodos dos cursos de medicina e enfermagem. O conteúdo das aulas práticas acompanhadas na medicina parecia ainda voltado para o modelo biomédico de saúde. Logo, questionamentos acerca das relações de gênero e VCM que pudessem vir a fazer parte do contexto não pareceram ser ressaltados. No entanto, as aulas referentes ao curso de enfermagem pareceram destacar o cotidiano e fatores biopsicossociais que

viesses **atravessar** a saúde das pessoas usuárias do serviço. Sobre a grade curricular dos cursos, discussões acerca de gênero parecem concentradas em 01 disciplina eletiva e as docentes apontam que estes temas não estiveram presentes em seus processos de formação. Uma delas ressalta que há demandas das/os próprias/os alunas/os em relação a discussões das desigualdades sociais, estando incluída a temática de gênero. Sobre o eixo da preceptoria, 10 profissionais participaram diretamente da pesquisa e constituem uma equipe multidisciplinar composta por enfermeiras/os, psicóloga, fisioterapeutas, nutricionista e terapeuta ocupacional. No entanto, ainda não temos representantes das duas últimas áreas mencionadas. Quando perguntadas/os se discutiam o tema enquanto equipe e/ou em espaços de formação profissional, com exceção de uma atividade pontual citada por um componente da equipe, a resposta foi negativa. Nesse sentido, a impressão que temos é que a presença de espaços de educação permanente em saúde não é incitada e garantida no setor. Simultaneamente, questões de gênero são trazidas em diversos momentos nos diários, o que demonstra que, ainda que não dialogadas se apresentam por meio das práticas profissionais e de outras vivências e relações sociais e pessoais das pessoas. Uma concepção fragmentada de sujeito, de saúde e de atuação profissional ainda parecem presente, de modo que questões de gênero e VCM, caso surjam, são demandas dirigidas mais especificamente ao serviço social e psicologia, visto que as/os outras/os profissionais não parecem reconhecer como pertinente à sua profissão e setor de atuação. Além disso, afirmam não sentirem-se preparadas/os para lidar com essas questões, parecendo não terem proximidade com o conceito de gênero, o que aponta para a necessidade de uma formação permanente no setor, corroborando também com resultados de outros estudos/pesquisas que vêm sendo realizadas em outras partes do Brasil. No eixo das/os discentes, houve aproximação, ao longo de dois semestres, com 02 estudantes de enfermagem, 02 de nutrição, 02 de terapia ocupacional, 02 de psicologia, 02 de serviço social e outras/os alunas/os de várias áreas de conhecimento da saúde que participam de um projeto de extensão voltado para crianças e adolescentes. Foi possível perceber que, diferente das/os profissionais com mais tempo de experiência, as/os estudantes parecem demonstrar mais aproximação, afinidade e, sobretudo, interesse pelos temas de gênero e VCM. Além disso, a maioria das/os estudantes parece estar buscando uma formação mais humanizada e ético-politicamente comprometida com os direitos humanos, em especial os direitos das mulheres a viverem uma vida sem violências. Quanto ao eixo da gestão, é importante trazer a informação de que as aproximações iniciais se deram a partir de conversas no cotidiano com profissionais, estudantes, usuárias/os, acompanhantes e pessoas terceirizadas do serviço e, somente depois, diretamente com as gestoras. Buscou-se com isso uma melhor compreensão da dinâmica geral do setor para, então, entender de maneira mais contextualizada o trabalho da gestão neste espaço, especialmente sobre as questões relacionadas a gênero e VCM. As aproximações realizadas diretamente, na sala da gestão do setor, ocorreram por meio de conversas no cotidiano com 03 gestoras (02 enfermeiras e 01 médica) e 01 assistente administrativa, evidenciando a existência de uma confusão sobre a compreensão do conceito de gênero, que é misturado ao conceito de orientação sexual e sexo e não associado a situações de VCM. Quando explicadas sobre os objetivos da pesquisa, as gestoras diziam que não havia muitos casos de VCM no local e que quando presentes, eram encaminhados para atendimento junto ao serviço social e/ou à psicologia, sinalizando uma ideia que parece compartilhada entre a equipe de profissionais e gestoras do setor: há áreas específicas que devem “tratar” desses temas, caso eles apareçam. Uma das gestoras, por meio da entrevista, relatou a ausência de aproximação com os temas da pesquisa tanto em sua formação como posteriormente, o que evidencia a importância de se pensar em uma educação permanente que considere essas questões. A partir das conversas no cotidiano destacamos, até então, que a presença de um grupo de pesquisa que propõe o enfoque nas questões de gênero e VCM nas práticas cotidianas de trabalho no setor por si só já possibilita um meio de compartilhamento de sentidos, movimentando reflexões e questionamentos em relação às temáticas dentro deste espaço, por parte da própria equipe. Nesse sentido, um questionamento presente é se há espaços promotores de discussões sobre gênero e VCM no contexto do hospital-escola, bem como dos cursos de graduação em saúde. Visto que, até agora, não foram explicitadas nas conversas no cotidiano a oferta de disciplinas que considerem a transversalização de gênero, raça/cor, geração, classe em suas ementas e objetivos, bem como a realização de atividades de educação permanente que considerem essas temáticas e/ou outras ações que sensibilizem e fomentem na/o (futura/o) profissional uma assistência e gestão humanizada e voltada para o enfrentamento das desigualdades sociais e para a garantia dos DH.

Palavras-chave: Formação em saúde. Direitos Humanos. Interseccionalidade